

NARRATIVAS PERIFÉRICAS E DISPUTAS EPISTÊMICAS: O RAP COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA EXPERIÊNCIA NEGRA BRASILEIRA

PERIPHERAL NARRATIVES AND EPISTEMIC DISPUTES: RAP AS KNOWLEDGE PRODUCTION IN THE BRAZILIAN BLACK EXPERIENCE

NARRATIVAS PERIFÉRICAS Y DISPUTAS EPISTÊMICAS: EL RAP COMO PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN LA EXPERIENCIA NEGRA BRASILEÑA

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-122>

Data de submissão: 25/02/2026

Data de publicação: 25/03/2026

Jonas de Souza Gonsalvo

Doutorando em Educação

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

E-mail: profjonasgonsalvo@gmail.com

Elenice de Souza Lodron Zuin

Doutora em Educação Matemática

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

E-mail: elenicepucminas@gmail.com

RESUMO

Considerando que a modernidade ocidental foi historicamente constituída em estreita relação com os processos de colonização, com a racialização dos corpos e com a hierarquização global dos saberes, observa-se a consolidação de um padrão de poder que definiu quais conhecimentos seriam reconhecidos como universais e quais seriam marginalizados ou silenciados. Nesse contexto, emergem produções culturais periféricas que tensionam essas hierarquias epistêmicas e produzem interpretações críticas da realidade social. Objetiva-se, portanto, discutir o estatuto epistemológico dessas produções culturais, especialmente do *rap* brasileiro, compreendendo-o como um espaço de elaboração crítica da experiência social e como uma forma legítima de produção de conhecimento. Para tanto, procede-se a uma análise teórica fundamentada nos estudos decoloniais, no pensamento negro e na sociologia da educação, mobilizando contribuições de autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Achille Mbembe, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Frantz Fanon e Boaventura de Sousa Santos. Observa-se que o *rap*, particularmente na obra do grupo Racionais MC's, constitui um campo de elaboração intelectual que articula denúncia social, memória coletiva e interpretação crítica da experiência negra periférica no Brasil. Conclui-se que tais produções culturais podem ser compreendidas como práticas epistêmicas relevantes, contribuindo para o debate sobre a decolonização do conhecimento e para o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados no campo educacional.

Palavras-chave: Colonialidade do Saber. Rap. Educação. Pensamento Negro.

ABSTRACT

Considering that Western modernity was historically constituted in close relation to processes of colonization, the racialization of bodies, and the global hierarchization of knowledge, it is possible to observe the consolidation of a pattern of power that determined which forms of knowledge would be recognized as universal and which would be marginalized or silenced. Within this context, peripheral

cultural productions emerge that challenge these epistemic hierarchies and offer critical interpretations of social reality. The aim of this article is therefore to discuss the epistemological status of these cultural productions, particularly Brazilian rap, understanding it as a space for the critical elaboration of social experience and as a legitimate form of knowledge production. To this end, the study develops a theoretical analysis grounded in decolonial studies, Black thought, and the sociology of education, drawing on the contributions of authors such as Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Achille Mbembe, Léila Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Frantz Fanon, and Boaventura de Sousa Santos. The analysis indicates that rap particularly in the work of the group Racionais MC's constitutes a field of intellectual production that articulates social denunciation, collective memory, and critical interpretations of the peripheral Black experience in Brazil. It is concluded that these cultural productions can be understood as relevant epistemic practices, contributing to the debate on the decolonization of knowledge and to the recognition of forms of knowledge historically marginalized within the field of education.

Keywords: Coloniality of Knowledge. Rap. Education. Black Thought.

RESUMEN

Considerando que la modernidad occidental se constituyó históricamente en estrecha relación con los procesos de colonización, con la racialización de los cuerpos y con la jerarquización global de los saberes, se observa la consolidación de un patrón de poder que definió qué conocimientos serían reconocidos como universales y cuáles serían marginados o silenciados. En este contexto, emergen producciones culturales periféricas que tensionan estas jerarquías epistémicas y producen interpretaciones críticas de la realidad social. El objetivo de este artículo es, por lo tanto, discutir el estatuto epistemológico de estas producciones culturales, especialmente del rap brasileño, comprendiéndolo como un espacio de elaboración crítica de la experiencia social y como una forma legítima de producción de conocimiento. Para ello, se realiza un análisis teórico fundamentado en los estudios decoloniales, en el pensamiento negro y en la sociología de la educación, movilizando las contribuciones de autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh, Achille Mbembe, Léila Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Frantz Fanon y Boaventura de Sousa Santos. De este modo, se observa que el rap, particularmente en la obra del grupo Racionais MC's, constituye un campo de elaboración intelectual que articula denuncia social, memoria colectiva e interpretación crítica de la experiencia negra periférica en Brasil. Se concluye que tales producciones culturales pueden ser comprendidas como prácticas epistémicas relevantes, contribuyendo al debate sobre la descolonización del conocimiento y al reconocimiento de saberes históricamente marginados en el campo educativo.

Palabras clave: Colonialidad del Saber. Rap. Educación. Pensamiento Negro.

1 INTRODUÇÃO

A constituição da modernidade ocidental está profundamente vinculada aos processos históricos de colonização que reorganizaram territórios, economias e sistemas de conhecimento em escala global. O colonialismo não se limitou à dimensão política ou econômica; tratou-se também de um projeto epistemológico que estabeleceu hierarquias entre povos, culturas e saberes. Nesse processo, a Europa construiu a si mesma como centro de racionalidade e universalidade, enquanto outras formas de conhecimento foram classificadas como inferiores, tradicionais ou irracionais. Tal dinâmica produziu um padrão de poder que definiu quais saberes seriam reconhecidos como legítimos no campo científico e quais permaneceriam marginalizados

Aníbal Quijano (2005) denomina tal processo de colonialidade do poder, argumentando que modernidade e colonialismo constituem dimensões inseparáveis de um mesmo sistema histórico. A colonialidade se mantém presente, mesmo nos países que se tornaram independentes, e continua operando nas estruturas sociais contemporâneas por meio de classificações raciais, culturais e epistêmicas que organizam as relações de poder e os regimes de produção de conhecimento. Essa lógica estabelece fronteiras simbólicas que delimitam quem pode produzir conhecimento legítimo e quais saberes são reconhecidos como válidos.

No campo educacional, essas hierarquias foram historicamente reproduzidas por meio de currículos e práticas pedagógicas, orientados por matrizes epistemológicas eurocêntricas. Como demonstram Bourdieu e Passeron (1992), o sistema educacional atua frequentemente como mecanismo de reprodução social ao transformar determinados capitais culturais em critérios de distinção acadêmica. Desse modo, conhecimentos associados a grupos socialmente dominantes tendem a ser legitimados como universais, enquanto saberes produzidos por populações historicamente marginalizadas são desqualificados ou invisibilizados no espaço escolar. Entretanto, transformações sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas evidenciam a emergência de novos espaços de produção de saber que desafiam essas hierarquias epistemológicas. Entre esses espaços destacam-se as produções culturais das periferias urbanas, que elaboram interpretações críticas da realidade social a partir de experiências marcadas por desigualdades raciais, econômicas e territoriais. Tais produções constituem formas de leitura do mundo que articulam memória coletiva, denúncia social e reflexão política.

No Brasil, o *rap* consolidou-se como uma das linguagens mais expressivas dessas experiências. Inserido no movimento cultural *hip-hop*, o *rap* tornou-se uma importante forma de expressão estética e política da juventude negra periférica. Suas narrativas abordam temas como racismo estrutural, violência estatal, desigualdade social e exclusão urbana, produzindo

interpretações críticas da realidade brasileira e contribuindo para a elaboração simbólica das experiências vividas nas periferias.

Entre os grupos que marcaram profundamente essa tradição, destaca-se o Racionais MC's, cuja produção musical, desde a década de 1990, tem narrado as engrenagens sociais da violência e da desigualdade no Brasil a partir da experiência negra periférica. O álbum *Sobrevivendo no Inferno*, lançado em 1997, tornou-se um marco cultural ao articular denúncia social, memória coletiva e crítica política. A repercussão dessa obra ultrapassa o campo musical, uma vez que suas narrativas produzem interpretações complexas da realidade social brasileira e questionam discursos hegemônicos sobre democracia racial, violência urbana e desigualdade social.

O *rap* não pode ser compreendido apenas como manifestação artística ou cultural. As narrativas, presentes nas letras, operam como formas de elaboração intelectual que produzem interpretações situadas da realidade social. Ao transformar experiências históricas de exclusão em discurso crítico, o *rap* constitui um espaço de produção de conhecimento que tensiona as fronteiras epistemológicas estabelecidas pela modernidade.

A partir deste preâmbulo, coloca-se a seguinte questão: de que maneira o *rap* brasileiro, particularmente na obra do grupo Racionais MC's, pode ser compreendido como uma forma de produção de conhecimento capaz de tensionar as hierarquias epistemológicas associadas à colonialidade do saber no campo educacional?

A relevância desta investigação reside na necessidade de ampliar o debate sobre os modos de produção do conhecimento e sobre os critérios de legitimidade epistêmica no campo educacional. Reconhecer produções culturais periféricas como práticas de elaboração intelectual implica questionar a centralidade de modelos eurocêntricos de conhecimento e valorizar saberes produzidos em diversos contextos historicamente marginalizados. Tal perspectiva contribui para o debate contemporâneo sobre a decolonização do conhecimento, bem como para a construção de práticas educativas mais plurais, críticas e socialmente situadas.

O *hip-hop* surge nos Estados Unidos, no final da década de 1970, em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais e raciais, especialmente entre jovens negros e latinos. Com o decorrer do tempo, essa cultura ultrapassa suas fronteiras nacionais e passa a circular por diferentes países, sendo apropriada e ressignificada em distintos contextos sociais. No Brasil, sua consolidação ocorre, sobretudo, a partir da década de 1980, quando jovens das periferias urbanas passam a mobilizar o *rap* como linguagem de denúncia das desigualdades sociais e das experiências de marginalização vividas nos grandes centros urbanos. Embora esteja profundamente marcado pelas experiências históricas da população negra, o *rap* brasileiro também se constitui como forma de

expressão das periferias, reunindo sujeitos diversos que compartilham condições semelhantes de exclusão social e territorial, inclusive jovens não negros. Nesse sentido, como argumenta Souza (2011), o *hip-hop* no Brasil pode ser compreendido como uma prática cultural que articula experiências juvenis, identidades periféricas e processos de elaboração crítica da realidade social.

No Brasil, a cena do *rap* se valia, sobretudo, das denúncias do cotidiano da periferia, com críticas relacionadas às esferas sociais e políticas, desigualdade, racismo, violência policial, etc. Entretanto, novas narrativas foram se firmando trazendo outros temas com mensagens motivacionais, abordando a esperança, amor e afeto, presentes, por exemplo, nas letras do cantor e *rapper* Emicida.

Atualmente, este gênero musical é diverso, sendo encontradas canções com várias temáticas. É preciso também destacar a crescente presença feminina no *rap* nacional. Igualmente, deve ser ressaltado o *rap* oriundo de grupos de etnias indígenas, entre eles, podem ser citados *Kâe Guajajara* e *Oz Guaraniz*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das produções culturais periféricas, como formas legítimas de conhecimento, exige um deslocamento crítico em relação aos pressupostos epistemológicos que historicamente estruturaram a modernidade ocidental. Ao longo desse processo, consolidou-se um regime de produção e validação do conhecimento que privilegiou determinadas matrizes culturais, sobretudo aquelas vinculadas à tradição europeia, ao mesmo tempo em que deslegitimou outras formas de saber produzidas em contextos sociais marcados pela experiência colonial. Nesse sentido, a reflexão decolonial tem contribuído para evidenciar que as hierarquias de conhecimento não são naturais ou neutras, mas resultado de processos históricos de poder que estabeleceram fronteiras entre saberes considerados legítimos e aqueles relegados à invisibilidade.

A partir da perspectiva exposta, os estudos decoloniais oferecem importantes ferramentas teóricas para compreender como tais hierarquias foram historicamente constituídas e de que maneira continuam operando nas estruturas sociais e educacionais contemporâneas. Ao problematizar a centralidade de paradigmas eurocêntricos na definição do conhecimento válido, essa abordagem abre espaço para o reconhecimento de outras formas de elaboração intelectual produzidas por sujeitos e coletividades historicamente subalternizadas. Dessa forma, torna-se possível ampliar o debate sobre a pluralidade de saberes e reconhecer que processos de produção de conhecimento também emergem em territórios culturais, políticos e sociais que ultrapassam os limites das instituições acadêmicas tradicionais.

A *colonialidade do poder* pode ser compreendida como um dos eixos estruturantes da própria constituição da modernidade. O processo colonial instaurou uma forma específica de classificação social baseada na ideia de raça, a partir da qual foram organizadas as relações de trabalho, as formas de autoridade e os modos de produção do conhecimento. Nesse contexto, determinados saberes foram progressivamente elevados à condição de universais, sobretudo aqueles associados à experiência histórica europeia, enquanto conhecimentos produzidos por povos colonizados foram sistematicamente desqualificados, invisibilizados ou relegados à condição de saberes inferiores. Esse padrão de poder contribuiu para consolidar hierarquias epistemológicas que, ainda hoje, influenciam as formas de legitimação do conhecimento nas sociedades contemporâneas (Quijano, 2005).

A reflexão sobre a *colonialidade do saber* evidencia que a modernidade não apenas reorganizou estruturas políticas e econômicas, mas também instituiu critérios específicos para definir o que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo. Nesse processo, consolidou-se um regime de verdade que estabeleceu fronteiras rígidas entre o conhecimento científico, considerado válido, e outras formas de saber produzidas em contextos culturais distintos. A partir dessa lógica, determinados modos de conhecimento foram elevados à condição de universalidade, enquanto epistemologias oriundas de territórios colonizados foram frequentemente desqualificadas ou excluídas dos espaços institucionais de legitimação acadêmica, configurando um verdadeiro monopólio cognitivo no interior da modernidade (Mignolo, 2017).

Como resposta crítica a esse monopólio epistemológico, emerge a noção de *desobediência epistêmica*, entendida como uma estratégia de questionamento das bases que sustentam a autoridade exclusiva do conhecimento produzido a partir da matriz moderna eurocêntrica (Mignolo, 2017). Essa perspectiva implica deslocar o lugar de enunciação do conhecimento, reconhecendo que diferentes contextos históricos, culturais e territoriais também produzem formas legítimas de interpretação do mundo. Ao afirmar a validade de saberes elaborados em espaços historicamente marginalizados, essa proposta busca ampliar as fronteiras do debate epistemológico e problematizar os critérios que definem o que pode ou não ser reconhecido como conhecimento no campo acadêmico (Mignolo, 2017).

A discussão sobre a decolonialidade também envolve uma dimensão profundamente pedagógica. Nessa perspectiva, a decolonialidade não pode ser compreendida apenas como um campo de elaboração teórica, mas como uma prática política e educativa que se constitui nas experiências históricas e nas formas de resistência produzidas por povos e grupos socialmente subalternizados. Os processos educativos, nesse sentido, não se restringem às instituições escolares formais, mas também se desenvolvem em espaços culturais, comunitários e territoriais, onde diferentes formas de

conhecimento são produzidas, transmitidas e compartilhadas no interior das práticas sociais (Walsh, 2013). Nesse horizonte, manifestações culturais como o *rap* podem ser compreendidas como práticas epistêmicas. Ao narrar experiências históricas de opressão e resistência, essas produções culturais elaboram interpretações críticas do mundo que contribuem para a formação de consciências políticas e para a construção de identidades coletivas.

A análise das dinâmicas de poder nas sociedades contemporâneas pode ser compreendida a partir da noção de necropolítica, alicerçada por Mbembe (2018), ao evidenciar como a gestão da vida e da morte se torna um elemento central das formas modernas de dominação. Em contextos profundamente marcados por desigualdades raciais e sociais, o exercício do poder soberano manifesta-se na capacidade de definir quais vidas são protegidas e quais podem ser expostas à violência, ao abandono ou à morte (Mbembe, 2018). Essa lógica incide de maneira desproporcional sobre populações historicamente marginalizadas, especialmente jovens negros residentes em territórios periféricos, frequentemente submetidos à violência estatal e a condições estruturais de precarização da vida. As narrativas do *rap* assumem um caráter político ao denunciar essas estruturas de poder e ao dar visibilidade às experiências sociais daqueles que vivem sob regimes cotidianos de vulnerabilidade e controle.

No Brasil, essa lógica atinge de maneira particularmente intensa a população negra que vive nas periferias urbanas. A desigualdade racial, historicamente estruturada, manifesta-se na exposição cotidiana à violência, na precarização das condições de vida e na atuação seletiva das instituições de controle social. Nesse contexto, as narrativas do *rap* tornam-se um espaço de elaboração crítica dessas experiências. Ao transformar vivências marcadas pela violência e pela exclusão em linguagem política e cultural, o *rap* denuncia as estruturas sociais que sustentam a desigualdade e produz leituras contundentes sobre as formas contemporâneas de injustiça social.

O pensamento negro brasileiro oferece contribuições fundamentais para a compreensão das dinâmicas culturais, políticas e históricas que atravessam a formação social latino-americana. Destaca-se o conceito de amefricanidade, elaborado para evidenciar a centralidade da experiência histórica da diáspora africana na constituição das sociedades da América Latina (Gonzalez, 2020). Tal perspectiva desloca a centralidade de interpretações eurocêntricas e chama atenção para a densidade cultural, política e intelectual das produções negras, compreendidas como espaços de elaboração crítica da realidade social e de afirmação de outras formas de conhecimento.

O Movimento Negro brasileiro desempenha um papel fundamental na produção de saberes que atravessam as dimensões política, cultural e educativa da sociedade. Ao longo de sua trajetória histórica, esse movimento tem elaborado reflexões, práticas e experiências que tensionam as

estruturas educacionais tradicionais e questionam as formas hegemônicas de produção e circulação do conhecimento. A partir dessas lutas e elaborações coletivas, foram construídos importantes referenciais para a compreensão das relações raciais no Brasil, contribuindo também para a formulação de políticas públicas voltadas à educação das relações étnico-raciais e para a ampliação do debate sobre diversidade e justiça social no campo educacional (Gomes, 2017).

A dimensão política da cultura nas sociedades coloniais e pós-coloniais também pode ser compreendida a partir das reflexões que destacam o papel da cultura nos processos de resistência e libertação. Em contextos marcados pela dominação colonial, as expressões culturais tornam-se espaços fundamentais de elaboração simbólica das experiências históricas vividas pelos povos subalternizados. Por meio da cultura, essas populações reinterpretam sua própria história, afirmam identidades coletivas e produzem formas de contestação às estruturas de opressão que marcaram a experiência colonial, atribuindo à produção cultural um papel central nos processos de emancipação social e política (Fanon, 1961).

O debate acerca das hierarquias de conhecimento também é aprofundado a partir da noção de *epistemologias do Sul*, que chama atenção para os limites do modelo epistemológico dominante na modernidade (Santos, 2002). Segundo essa perspectiva, a modernidade instituiu uma espécie de linha abissal que separa os conhecimentos reconhecidos como válidos daqueles que são desconsiderados, invisibilizados ou tratados como inexistentes no interior das estruturas de legitimação do saber. Tal divisão produziu um sistema de exclusão epistemológica que relegou a marginalidades diversas formas de conhecimento elaboradas por povos e grupos historicamente subalternizados. Superar essa lógica exige reconhecer a pluralidade de saberes produzidos em diferentes contextos sociais e culturais, ampliando as fronteiras do que pode ser compreendido como conhecimento legítimo (Santos, 2002).

A partir do que foi abordado, compreender o *rap* como prática epistêmica implica reconhecer que a produção de conhecimento não se restringe aos espaços institucionais tradicionais, como universidades e centros de pesquisa. As narrativas culturais, produzidas nas periferias urbanas, também elaboram interpretações densas da realidade social, constituindo formas de reflexão crítica que emergem da experiência histórica de grupos marcados por desigualdades e processos de exclusão. Ao transformar essas experiências em linguagem estética e política, o *rap* contribui para ampliar o debate sobre os modos de produção do conhecimento e sobre os sujeitos que participam desse processo.

3 O ÁLBUM “SOBREVIVENDO NO INFERNO”

Voltando à questão posta inicialmente: de que modo o *rap* brasileiro, particularmente na obra do grupo Racionais MC's, pode ser compreendido como uma forma de produção de conhecimento capaz de tensionar as hierarquias epistemológicas associadas à colonialidade do saber no campo educacional?

As letras do álbum *Sobrevivendo no Inferno* evidenciam cotidianos periféricos vividos em contextos particulares de violência. As canções apontam situações de desigualdade social, racismo, tráfico de drogas, violência, sistema carcerário, revelando perspectivas coloniais que colocam à margem determinados grupos subalternizados. É essa mesma lógica hegemônica e eurocêntrica, num contexto econômico, político e policial, que determina quem deve ser eliminado da sociedade, para o qual se convoca o conceito de necropolítica de Mbembe (2018).

As letras, igualmente, valorizam a resistência e a sobrevivência da população periférica, o orgulho de ser morador das comunidades, das favelas e a fé religiosa; nestes aspectos se insere a decolonialidade do saber, através de uma narrativa contra-hegemonia.

Das músicas do álbum, destacamos três delas. Na canção “Capítulo 4, Versículo 3” há uma contundente denúncia ao racismo estrutural, destacando a morte de jovens negros e o tráfico, ao mesmo tempo, a falta de oportunidade e acesso à universidade.

A canção “Diário de um Detento” constrói uma narrativa que coloca o ouvinte diante da experiência concreta do encarceramento no Brasil. Inspirada nos relatos de sobreviventes do Massacre do Carandiru, em 1992, a música apresenta o cotidiano da prisão a partir da perspectiva de quem vive diretamente essa cruel realidade, evidenciando um ambiente marcado pelo medo, tensão permanente e pela violência institucional. Ao assumir a voz de um detento, a canção rompe com representações que costumam reduzir os presos às estatísticas ou às categorias abstratas, permitindo que apareçam as percepções, os sentimentos e as reflexões de sujeitos que experimentam na própria vida os efeitos do sistema prisional. Dessa forma, mais do que narrar um episódio específico da história recente do país, a música expõe as contradições de um sistema prisional atravessado por profundas desigualdades sociais e raciais, revelando como determinados grupos são historicamente empurrados para espaços de controle, violência, punição e exclusão.

A letra da canção “Mágico de Oz” apresenta uma reflexão sensível sobre as desigualdades sociais que atravessam a infância nas periferias brasileiras. Ao narrar a trajetória de um menino que cresce em meio à pobreza, à violência e à ausência de perspectivas, a música descortina como as condições estruturais de desigualdade moldam precocemente as experiências de vida de muitas crianças que habitam as margens urbanas. A referência ao universo lúdico do “Mágico de Oz” opera

como recurso simbólico para contrastar o imaginário infantil, marcado por sonhos, fantasia e desejo de transformação, com a dureza da realidade social vivida nas periferias. Nesse movimento, a canção evidencia as tensões entre infância e exclusão social, mostrando como, em contextos de vulnerabilidade, o horizonte de possibilidades se estreita diante da presença constante da violência, do trabalho precoce e da ausência de oportunidades. Mais do que contar uma história individual, a narrativa musical expõe a dimensão estrutural dessas desigualdades, sugerindo que o destino de muitas crianças periféricas é atravessado por condições sociais que limitam suas trajetórias desde muito cedo.

A breve análise apresentada indica que as letras das canções podem ser classificadas como uma produção de conhecimento, demonstrando os tensionamentos intrínsecos relativos às hierarquias epistemológicas, associadas à colonialidade do saber e dos currículos eurocêntricos no campo educacional e também uma ruptura com a colonialidade do poder. A forma de expressão das canções pode trazer muitos elementos para diversos tipos de temas e debates em sala de aula. A valorização dos saberes, ditos “periféricos”, está em consonância com a “ecologia de saberes”¹, dentro do paradigma proposto por Boaventura Souza Santos (2009).

As músicas dos Racionais MC’s se constituem em uma produção cultural que contribui também para um processo de reflexão, denúncia, afirmação e emancipação social e política, a partir das discussões de Fanon (1961), ao destacar a necessidade de libertar os subjugados (colonizados) da opressão física e mental.

A realidade social presente nas letras está mais próxima de parte dos estudantes, senão da sua totalidade, dependendo da instituição escolar. Mesmo em escolas das classes média e alta, se faz necessário analisar os temas das canções dos Racionais MC’s, trazendo debates, como forma de sensibilizar e desenvolver uma reflexão sobre como a sociedade discrimina, subjuga e/ou exclui determinados grupos, considerados minorias e quais as ações que condenam à subalternidade de tais grupos. As letras podem conduzir trabalhos interdisciplinas com abordagens sobre os privilégios da branquitude (Bento, 2022), do racismo estrutural (Bonilla-Silva, 1997) e das diversas formas de opressão nos âmbitos econômico, social e étnico-racial existentes no Brasil e em outros países.

¹ Santos e Meneses (2009, p.5) indicam a proposta de “uma alternativa, genericamente designada por Epistemologias do Sul. Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foram apresentados alguns aspectos do *rap* brasileiro, focalizando uma parte da produção do grupo Racionais MC's, como uma forma de elaboração intelectual capaz de tensionar as hierarquias epistemológicas associadas à colonialidade do saber. A partir do diálogo com os estudos decoloniais, com o pensamento negro e com a sociologia da educação, buscou-se analisar de que maneira produções culturais oriundas das periferias urbanas podem ser compreendidas como espaços legítimos de produção de conhecimento.

A análise desenvolvida evidencia que as narrativas presentes no *rap* ultrapassam a dimensão estritamente artística ou cultural. Ao abordar temas como racismo estrutural, violência estatal e desigualdades sociais, essas produções elaboram interpretações críticas da realidade brasileira, articulando denúncia social, memória coletiva e reflexão política sobre a experiência histórica da população negra nas periferias urbanas. Nesse sentido, o *rap* configura-se como um campo de elaboração simbólica e intelectual que produz leituras situadas do mundo social.

Os resultados da reflexão indicam que reconhecer essas narrativas como práticas epistêmicas implica ampliar o próprio conceito de conhecimento. Tal reconhecimento desafia a ideia de que a produção intelectual ocorre exclusivamente no interior das instituições acadêmicas, ao mesmo tempo em que evidencia a existência de processos de elaboração crítica que emergem em diferentes territórios culturais e sociais.

É preciso destacar que as letras das canções do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, fotos e informações sobre o grupo musical foram reunidas em um livro, lançado pelos Racionais MC's, através da editora Companhia das Letras, em 2018. O livro foi adotado como leitura obrigatória no vestibular da Unicamp, a partir da seleção para o ano de 2020. Essa iniciativa, por si só, indica a relevância do álbum e a atualidade das letras.

Para o campo educacional, essa perspectiva apresenta implicações relevantes. Ao considerar produções culturais periféricas como fontes legítimas de conhecimento, abrem-se possibilidades para repensar práticas pedagógicas e processos de construção curricular, contribuindo para o desenvolvimento de abordagens educativas mais plurais e socialmente situadas. Nesse contexto, a incorporação dessas produções nos debates educacionais pode favorecer a aproximação entre escola e experiência social dos estudantes, fortalecendo processos formativos mais críticos e democráticos. Dessa forma, defende-se a necessidade de ampliar as fronteiras epistemológicas que historicamente definiram os critérios de legitimidade do conhecimento.

Ao reconhecer o *rap* como espaço de interpretação crítica da realidade social, evidencia-se que manifestações culturais produzidas nas periferias urbanas também participam ativamente da

construção de saberes sobre a sociedade contemporânea, contribuindo para o debate sobre decolonização do conhecimento e pluralidade epistemológica.

REFERÊNCIAS

- BENTO, M. A. Pacto da Branquitude. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- BONILLA-SILVA, E. Rethinking racism: toward a structural interpretation. *American Sociological Review*, v. 62, n. 3, p. 465-480, jun. 1997.
- FANON, F. Os condenados da Terra. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1961.
- GOMES, N. L. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, L. Feminismo afro-latino-americano. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2026.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. Lisboa: Almedina, 2009. p. 23-72.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, out. 2002.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Prefácio. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. Lisboa: Almedina, 2009. p. 5.
- SOUZA, A. L. S. Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola, 2011.
- WALSH, C.. Introducción. Lo pedagógico y lodecolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.